

Mutualismo e Imprensa: o processo de fundação da mutual dos tipógrafos e a Revista da Associação Tipográfica Baiana

Humberto Santos de Andrade*

Resumo: Este artigo trata de parte do processo de fundação da Associação Tipográfica Baiana - a mutual de ofício dos trabalhadores gráficos do estado da Bahia - ocorrido no final do terceiro quartel do século XIX, bem como apresenta um dos seus periódicos: a "Revista da Associação Tipográfica Baiana". Os objetivos aqui são analisar e compreender um pouco da trajetória dessa organização que representou e acolheu parte dos membros dos ofícios de tipógrafo, livreiro e litógrafo da cidade de Salvador, como também o periódico produzido por ela. Para tanto, apresenta-se alguns dos resultados obtidos com a investigação das origens da mutual e algumas características concernentes ao formato e objetivo da publicação.

Palavras-chave: Mutualismo, Imprensa, Tipógrafos.

Mutualism and Press: the foundation process of the mutual of typographers and the Revista da Associação Tipográfica Baiana

Abstract: This article deals with part of the foundation process of the Associação Tipográfica Baiana - the mutual organization of the graphic workers of the state of Bahia - that occurred at the end of the third quarter of the 19th century, as well as one of its periodicals: the "Revista da Associação Tipográfica Baiana". The objectives here are to analyze and understand some of the trajectory of this organization that represented and welcomed part of the members of the typographer, bookseller and lithographer of the city of Salvador, as well as the periodical produced by them. To do so, it presents some of the results obtained with the investigation of the origins of the mutual and some characteristics concerning the format and purpose of its publication.

Keywords: Mutualism, Press, Typographers.

* Humberto Santos de Andrade. Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP/Assis. E-mail: hsandrade76@gmail.com

A Associação Tipográfica Baiana, sociedade fundada por 68 tipógrafos, livreiros e litógrafos na capital baiana em 30 de Outubro de 1870 e instalada em 16 de Abril de 1871, foi uma associação de socorros mútuos existente na cidade do Salvador. Serviu de abrigo previdenciário e médico nos momentos de adversidade vividos pelos profissionais do setor gráfico baiano, bem como estabelecimento de instrução, nesse período histórico. Neste texto, trata-se, sobretudo, das razões pelas quais a Associação Tipográfica Baiana foi criada e do papel e estrutura de um dos seus órgãos de imprensa.¹

Associações, tal como a Tipográfica Baiana, organizavam-se a partir dos interesses comuns, que envolviam um determinado agrupamento profissional. Percebe-se, nas páginas dos registros² legados ao historiador, que a influência dos sócios fundadores condicionava muitos dos rumos tomados pela entidade. Os princípios e metas a serem atingidos eram discutidos e propunha-se sua incorporação aos estatutos após discussão e aprovação por parte daqueles que compunham o corpo social da entidade. Tal espaço de discussão e deliberação era a assembleia geral, que recebia, periodicamente, novas demandas, tendo em vista a adequação da entidade aos desafios do momento.

As sociedades mutualistas, como fenômeno histórico, surgiram no Brasil no período compreendido entre o Primeiro Reinado e o fim da Primeira República, isso em virtude de mudanças na legislação brasileira que regia a criação de associações de várias naturezas no pós-independência. O marco dessa mudança foi a regulamentação dada pela Constituição de 1824, no que respeita ao exercício dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros. Vale lembrar que a Carta outorgada por D. Pedro I proibiu as corporações de ofícios. É provável que as mutuais que se organizaram no início da década de 1830 carregassem, nos seus primórdios, práticas herdadas das corporações, situação que se alterou com as transformações operadas no mundo do trabalho.

O artigo 179 da Carta de 1824 tratava da "inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros" e tinha por "base a liberdade, a segurança individual e a propriedade", enquanto no inciso XXV determinava que estavam "abolidas as

¹ Este texto é parte dos resultados obtidos com a pesquisa para a dissertação de Mestrado intitulada: "*Gráficos e Mutualismo: a trajetória da Associação Tipográfica Baiana (Salvador, final do século XIX e início do século XX)*", defendida em 16 de julho de 2014 no Programa de Pós-Graduação em História da UNESP (Campus de Assis), sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Tania Regina de Luca.

² Refiro-me, sobretudo, às fontes encontradas que possibilitaram a investigação da trajetória da Associação Tipográfica Baiana. São elas: os Relatórios de Exercício e os periódicos "Revista da Associação Tipográfica Baiana" e "Boletim Gráfico".

Corporações de Ofícios, seus Juizes, Escrivães e Mestres”³. Uma década depois de tal proibição, surgiu uma nova experiência associativa no Brasil, materializada nas associações mutualistas, ou seja, entidades que, “mediante contribuições mensais asseguravam aos sócios serviços previdenciários como tratamento médico, auxílio a doentes, inválidos, velhos e viúvas” (Luca, 1990: 7).

Além disso, as mutuais poderiam assumir funções que iam desde a formação profissional do indivíduo, como é o caso do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia,⁴ até a constituição de espaços nos quais a preocupação centrava-se na cultura⁵ dos associados, que podiam ter acesso a livros, periódicos e mesmo a aulas noturnas. Tal como no caso inglês, as associações mutualistas não cumpriram apenas fins previdenciários, mas compreendiam uma cultura de reciprocidade, para retomar os termos de Thompson. Essa cultura redundava em organizações do tipo da sociedade de aperfeiçoamento mútuo, “formal ou informal, que se reunia semanalmente com o propósito de adquirir conhecimento” (Thompson, 1987, v. III: 340).

As grandes sínteses sociológicas, que tratam da formação da classe operária brasileira, não conseguiram dar azo à imensa e multifacetada configuração social do país. Como afirma Maria Célia Paoli, discutindo “essas histórias que se perderam e cujo registro se acha pelos cantos dos jornais da época”, não atentar para a heterogeneidade tanto da classe operária quanto dos processos⁶ de industrialização do Brasil, é deixar de perceber e registrar “a visível *heterogeneidade* da classe operária em formação.” (Paoli, 1987: 63).

³ Cf. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm.

⁴ Cf. LEAL, Maria das Graças Andrade. *A arte de ter um ofício: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia (1872-1996)*. Salvador: Fundação Odebrecht; Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, 1996. Aqui, um caso interessante de uma entidade que inicia sua trajetória como uma mutual forjada a partir da conjugação dos interesses de trabalhadores e da elite política e econômica baiana, tendo sua história marcada pelos interesses de ambos os segmentos sociais, inclusive fazendo parte da estrutura estatal de formação e qualificação dos operários.

⁵ Utilizo este termo aqui no sentido de acúmulo de conhecimentos, sejam eles literários, científicos ou outros. Ainda não me refiro a uma “cultura associativa”, no sentido do que pode ter ocorrido como parte do fenômeno mutual.

⁶ Digo processos, pois, dependendo de região/Estado para outra/outro, os fatores que impulsionaram o desenvolvimento econômico poderiam ser diversos.

As associações mutualistas como objeto da História

Até fins da década de 1970, a maioria dos trabalhos de pesquisa histórica ou sociológica postulava a inexistência da classe operária no Brasil antes de 1930.⁷ No que toca às associações mutualistas, eram tomadas como um embrião dos sindicatos, relegando-as a uma protohistória do sindicalismo brasileiro. Aliás, o adjetivo embrionário é a expressão utilizada por Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi,⁸ quando tratam das primeiras associações e manifestações de classe entre os operários brasileiros. Além da abordagem realizada pelas sínteses sociológicas, conta-se também com uma produção que a antecede, vinculada aos militantes.⁹ Essa história iniciou-se já nos primeiros anos do século XX, com trabalhos como o de Evaristo de Moraes,¹⁰ conforme observou Cláudio Batalha.¹¹

Nos anos 1950 e 1960, o tratamento dado ao tema da história dos trabalhadores caracterizou-se principalmente, segundo Batalha, por duas formas de abordagem: as efemérides e as histórias de “corte” ou histórias “inaugurais”, às quais se podem adicionar o gênero memórias, aliás, presentes ao longo de todo o século XX.¹² Como traço comum dessa produção militante sobressai “a função legitimadora, da classe, da política sindical, da corrente ideológica ou partido, ou, ainda, do indivíduo militante” (Batalha, 2001: 147).

A história dos trabalhadores no Brasil é tributária de produções de cunho sociológico, preocupadas em construir grandes sínteses explicativas da “evolução” e “desenvolvimento” da classe operária. Tais pesquisas ancoravam-se num modelo de interpretação que relegava tudo o que era considerado como pré-político ao limbo dos trabalhos acadêmicos. Neste espaço entre o dito e o não dito da historiografia,

⁷ Paoli refere-se às obras de RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Difel, 1966; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975; FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: Difel, 1976 e, por fim, ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Estado e classes trabalhadoras no Brasil – 1930-1945*. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 1979. A autora assinala ainda que, provavelmente, essa ideia advenha do pensamento de Oliveira Vianna.

⁸ Cf. HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global Ed., 1982.

⁹ Cf. HAUPT, Georges. Por que a história do movimento operário? In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 5 nº 10.

¹⁰ Cf. MORAES, Evaristo de. *Apontamentos de direito operário*. 2. ed. São Paulo, LTR Editora, 1971.

¹¹ Cf. BATALHA, C. H. M. *A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências*. In: FREITAS, Marcos César. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. – 4a. ed.. São Paulo: Contexto, 2001.

¹² Idem.

encontravam-se as associações de socorros mútuos, desprezadas tanto pela produção acadêmica quanto pela produção militante. Como escreve Luca, “analisando mais de perto a questão foi possível perceber que o desprezo pelo mutualismo subordinava-se menos à sua pequena importância do que a posicionamentos teóricos assumidos pelos pesquisadores” (Luca, 1990: 7). Essas interpretações a que nos referimos são as que estão presentes nos trabalhos de autores brasileiros das décadas de 1960 até 1980. A ideia de “embrião – aquilo que não pode ser definido pelo que é, mas pelo que virá a ser – fez escola” (Luca, 1990: 7).

Não tratavam do mutualismo como um objeto digno da pesquisa histórica por não se enquadrar nos modelos “típicos” da classe operária, tomados como paradigmas de transformação. Na visão dos historiadores do trabalho, em geral adeptos de uma postura militante tanto dos operários quanto de si próprios, o movimento operário digno de cidadania historiográfica iniciava-se com os sindicatos.

Reflexo da postura evolucionista é o apego à cronologia que, a despeito da sua importância, não deve sobrepor-se à dinâmica própria e às “peculiaridades” da classe operária brasileira e do seu movimento, que comporta rupturas e continuidades.

Tal como assinalou Thompson ao estudar os efeitos das “inovações” tecnológicas na Inglaterra industrial e a consequente “exploração” das classes trabalhadoras, eram múltiplas as formas organizativas:

Por volta de 1832, havia instituições da classe operária solidamente fundadas e autoconscientes – sindicatos, sociedades de auxílio mútuo, movimentos religiosos e educativos, organizações políticas, periódicos – além das tradições intelectuais, dos padrões comunitários e da estrutura da sensibilidade da classe operária (Thompson, 1987, v. II: 17).

Talvez aqui se delineie um ponto polêmico, principalmente nas abordagens mais recentes do mutualismo no Brasil,¹³ debate que envolve distintos “lugares sociais” da pesquisa acadêmica. Primeiro, uma interpretação mais voltada para a compreensão de que as sociedades mutualistas comportaram, na sua trajetória, potencialidades de formação da classe operária para si e em si. Outra vertente entende que nem mesmo

¹³ Veja-se a esse respeito dois artigos: BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. *Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente.*; e VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas*, ambos publicados no dossiê da Revista Mundos do Trabalho, v. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010.

a categoria “classe social” seria apropriada para o seu estudo e, por fim, uma terceira que as relacionavam ao atendimento de necessidades, sem maiores preocupações com a construção de uma identidade operária ou classista.¹⁴

A investigação realizada por Tania de Luca acabou por renovar a compreensão que se tinha acerca dessas associações de trabalhadores ou operários, pois contém evidências empíricas que, ao contrário do que estava sacramentado na historiografia brasileira referente ao tema, as mutuais não foram o embrião de organizações tais como os sindicatos, desconstruindo-se, assim, a lógica de sucessão. O que se constata, como um dos resultados da obra *O sonho do futuro assegurado*, é que associações mutualistas conviveram no mesmo espaço temporal e geográfico com sindicatos, principalmente na Primeira República.

Do ponto de vista teórico, também se iniciava a reavaliação do que se entendia sobre as formas de organização da classe operária. A concepção que regia os estudos sobre a classe trabalhadora remetia a um quadro em que esses vários tipos de associações de trabalhadores eram arrolados de forma linear, a partir de uma orientação típica de um etapismo, subjacente a uma ideia teleológica da história. Luca propõe que, além de se romper com a visão do mutualismo como algo estanque que apenas deu lugar em etapa ulterior aos sindicatos, se compreenda o mutualismo como um

objeto de análise distinto e dotado de especificidade: [...] as sociedades de auxílios foram tomadas como representantes de uma fase inicial e curta, logo seguida pelo aparecimento dos sindicatos. [...]. Por outro lado, a suposta incompatibilidade entre as mutuais e o desenvolvimento de relações capitalistas de produção não resiste a uma análise mais profunda (Luca, 1990: 8).

É possível perceber que as sociedades de socorro mútuo – enquanto uma forma de manifestação da cultura associativa dos trabalhadores – são, de fato, anteriores, no espaço e no tempo, aos sindicatos e outras organizações tidas como de “resistência”. Porém, não se infere disso que as mutuais gestaram os sindicatos – sendo assim uma forma prototípica dessas organizações –, tampouco sua existência foi curta e seu ocaso ocorreu no alvorecer das novas relações sociais e econômicas que se estabeleceram

¹⁴ Ver SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)*. Porto Alegre, RS: 2004. Tese (doutorado). - Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

com o fim do sistema escravista. Pelo contrário, as mutuais não deixaram de existir, o que aponta para o fato dessas organizações terem sido “contemporâneos e não excludentes” (Luca, 1990: 11). Portanto, são duas formas distintas de associação de trabalhadores para o interesse do estudo aqui empreendido, mesmo porque as mutuais não se restringiam ao universo dos trabalhadores, poderiam comportar outros tipos de interesses que não necessariamente os de ofício.

É nesse contexto, segundo o que se apurou nas investigações do objeto de estudo, que a primeira mutual é criada no Brasil, sendo ela a Sociedade dos Artífices, em 16 de dezembro de 1832, na província da Bahia.¹⁵ Outras mutuais surgiram, caso da Sociedade Auxiliadora das Artes e Beneficente, em março de 1835, “com o fim de tratar do melhoramento das artes e de beneficiar os associados e suas famílias,”¹⁶ e da Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais, em Recife, que tinha como objetivo “instruir e socorrer seus membros” (Cord, 2009: 9). Desta forma, destacando o papel da capital baiana do ponto de vista cronológico, o mutualismo em Salvador precedeu outras regiões, mesmo que num intervalo de poucos anos.¹⁷

Do ponto de vista do ordenamento jurídico, a legislação que passou a normatizar, de forma mais específica, o funcionamento das associações mutualistas pode ser identificada a partir da segunda metade do século XIX, com a promulgação da Lei nº. 1083, de 22 de Agosto de 1860, que continha providências sobre os bancos de emissão, meio circulante e diversas companhias e sociedades. No seu artigo 2º, § 1º, a lei assim dispunha sobre a “organização e regime” de sociedades, entre as quais estavam as de socorros mútuos:

As Companhias ou Sociedades Anônimas, Nacionais ou Estrangeiras, suas Caixas Filiais ou Agências, que se incorporarem ou funcionarem sem autorização concedida por Lei ou por Decreto do Poder Executivo, e aprovação de seus estatutos ou escrituras de associação, além de incorrerem na pena do art. 10 do Decreto n. 575 de 10 de Janeiro de 1849, pagarão as que tiverem capital social a multa de 1 a 5% do mesmo capital, e as que o não tiverem a de 1\$000 a 5:000\$000, pelas quais

¹⁵ Cf. BRAGA, Julio Santana. *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*. Edições Ianamá. Salvador, 1987, p. 23. Ver também SILVA, Maria Conceição Barbosa da Costa e. *O Monte-Pio dos Artistas: elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, Fundação Cultural, EGBA, 1998, p. 35.

¹⁶ Cf. BATALHA, Cláudio H. M. *Op. cit.*

¹⁷ Cf. Julio Santana Braga, *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*. Edições Ianamá. Salvador, 1987, p. 23. Ver também Maria Conceição Barbosa da Costa e Silva, *O Monte-Pio dos Artistas: elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, Fundação Cultural, EGBA, 1998, p. 35.

multas, assim como por todos os atos das referidas Sociedades, ficam solidariamente responsáveis os sócios que as organizarem ou tomarem parte em suas deliberações, direção ou gerência, e as pessoas que direta ou indiretamente as promoverem (Lei nº 1.083, de 22 de Agosto de 1860).

Constata-se que a iniciativa do Estado brasileiro no sentido de regular, do ponto de vista jurídico, as organizações, acabava por colocar, lado a lado, mutuais, bancos e companhias congêneres, dedicadas, sobretudo, às atividades ligadas ao mundo da economia e das finanças. O texto da lei assim prosseguia no que tocava à disposição anteriormente citada:

Esta disposição é aplicável aos Montepios, às Sociedades de Socorros Mútuos, às Caixas Econômicas, e à toda e qualquer Sociedade sem firma social, administrada por mandatários, ainda que seja beneficente. Aos presidentes das províncias, e na forma de Regulamentos dos Governos, pertence a faculdade de autorizar e aprovar os estatutos dos Montepios e das Sociedades de Socorros Mútuos ou de qualquer outra associação de beneficência estabelecida nas províncias... (Lei nº 1.083, de 22 de Agosto de 1860).

Ainda no mesmo ano de 1860, foi publicado o Decreto 2.711, que dispunha sobre a criação de bancos, companhias, sociedades anônimas e outras, reafirmando a obrigatoriedade das sociedades de "toda e qualquer qualidade", sem firma social, necessitarem de autorização e aprovação por parte do Presidente de Província. Rezava o Artigo 27, § 1º:

A autorização e aprovação dos Montepios das Sociedades de Socorros Mútuos, e de qualquer outra sociedade de beneficência sob a forma anônima será concedida nas Províncias pelos respectivos Presidentes, mediante as fórmulas requeridas pelos capítulos antecedentes, e observadas as disposições especiais dos seguintes, e quaisquer outras que no futuro forem estabelecidas em Regulamentos expedidos pelo Governo (Decreto nº 2.711 de 19 de Dezembro de 1860).

O mesmo parágrafo dispunha, no que tange às sociedades de socorros mútuos, que deveriam

ter unicamente por objeto prestar auxílios temporários aos seus respectivos sócios efetivos nos casos de enfermidade, ou inutilização de serviço, e socorrer, no caso de seu falecimento, às despesas do seu funeral (Decreto nº 2.711 de 19 de Dezembro de 1860, Art. 31).

Sobre os estatutos das mutuais, o decreto estabelecia que deveriam conter e mencionar, em primeiro lugar, as condições de admissão, exclusão, ou eliminação dos

sócios, e número destes; em seguida, especificava os casos em que os socorros deveriam ser prestados, o modo de sua prestação, o respectivo quantitativo e sua fiscalização; em terceiro lugar, a importância de cada contribuição ou cotização, as épocas em que deveriam ter lugar, o modo de sua percepção ou arrecadação e as penas em que deveriam incorrer os remissos, ou morosos; em quarto lugar, os estatutos deveriam conter e mencionar o emprego do fundo social; e, por fim, o modo de administração da associação mutualista, e as condições de nomeação ou elegibilidade de seus membros, devendo o Presidente ser nomeado pelo Governo na Corte, e pelos Presidentes nas Províncias.

A fundação da Associação Tipográfica Baiana

A razão para a fundação da Associação Tipográfica Baiana relacionava-se à necessidade e ao ideal de criação de uma sociedade para a “classe”,¹⁸ ideal já alimentado pelos tipógrafos desde os anos 30 do século XIX e que se ligava, fundamentalmente, ao fato de os tipógrafos, enquanto trabalhadores, desejarem construir um espaço de socorro durante as adversidades, como também de instrução e organização dos membros do ofício. Duas tentativas anteriores não chegaram a bom termo. A primeira, no contexto em que estava em curso a Sabinada, sobre a qual se tem poucas informações, à exceção de registro da data de 1837. A segunda ocorreu no ano de 1857, por iniciativa de Eduardo Daniel Galvão, auxiliado pelos colegas de ofício Ladisláo José de Mattos, Albino Henriques da Silva e Eustaquio José de Souza. Os interessados, mais de trinta tipógrafos, reuniram-se numa sala da tipografia do Sr. França Guerra, no Beco do Tira-Chapéu, sob a presidência do Sr. Lucídio de Souza Mascarenhas, para a instalação do conselho provisório, encarregado de dirigir os trabalhos até que se inaugurasse a sociedade.¹⁹

Com o declínio do escravismo e a conseqüente redefinição do sistema econômico, ocorre também a reavaliação social do trabalho e do trabalhador. A antiga compreensão negativa do trabalho braçal vai perdendo espaço para outra pautada na sua valorização. A visão que fazia das artes manuais ocupações para homens inferiores cedeu lugar à crescente louvação das habilidades manuais, dotadas de um novo *ethos*, característico

¹⁸ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, Bahia, Abril, 1903, nº 10, p. 161.

¹⁹ *Idem*, p. 165.

das sociedades burguesas e que ganhou força a partir das transformações ocorridas no Brasil dos inícios do século XIX.

A cidade de Salvador, capital da província, assumiu, a partir de 1763, a condição de “rainha viúva”, ainda que “uma rainha viúva grandiosa, shakespeariana” (Zweig, 2013: 230). Assim, “ela desposou o passado” e já há tempos havia entregado “seu poder real a uma geração mais nova e impaciente” (Zweig, 2013: 230). Na tentativa de manter sua dignidade, a cidade ensaiou passos no sentido de manter sua significância econômica, apesar das dificuldades oriundas da perda da centralidade nas decisões políticas.

Salvador, que, no período colonial, foi o “principal esteio”²⁰ da economia do Brasil, estagnou a partir de 1823, o que comprometeu o protagonismo econômico que desfrutara antes da Independência, como bem evidenciou Kátia Mattoso em seus estudos sobre séries econômicas da Província.²¹

Nesse contexto, em que a cidade da Bahia - como assim por muito tempo era chamada a velha Salvador - perdeu sobremaneira o seu poder político, não obstante continuar sendo um importante entreposto comercial, graças, sobretudo, à sua localização e possuir como atributo um importante porto marítimo, as relações sociais e econômicas passaram por transformações.

As formas de organização social e, conseqüentemente, os círculos de sociabilidade adaptavam-se às novas normas legais e às pressões desse novo contexto. Inseridas nesse novo quadro que se delineou, com o Brasil aderindo às exigências do modelo de organização jurídico e econômico do capitalismo moderno, as sociedades de socorro mútuo tornaram-se cada vez mais presentes no universo associativo do país.

Desta forma, os tipógrafos baianos tiveram a iniciativa de criar uma organização que os representasse e congregasse os seus companheiros de ofício no objetivo de atingir os interesses da “classe”.

O discurso de Joaquim Cassiano Hyppolito, um dos líderes pioneiros - juntamente com Eduardo Daniel Galvão e Domingos Francellino da Silva²² - na criação da

²⁰ Cf. MATTOSO, Katia M. de Queirós. *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*. - Salvador: Corrupio, 2004, p. 57.

²¹ Idem.

²² Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano I, nº 10, p. 166.

Associação Tipográfica Baiana, pronunciado na sessão de fundação do grêmio, naquela data de 30 de outubro de 1870, onde inicialmente reuniram-se trinta e um “membros da classe”,²³ ilustra bem a quem a associação direcionava seus objetivos. Assim começa o discurso de Joaquim Cassiano Hyppolito:

Meus colegas:

A aurora de nossa regeneração surge ante o combate das ideias, ante a cruzada do progresso, pelo pórtico imortal da civilização.

O apelo que fizemos aos apóstolos de Gutenberg foi correspondido pela confiança que nestes espíritos reina, acerca de tudo quanto é belo e sublime.

Que imponente e majestoso espetáculo apresenta hoje aqui a imprensa da Bahia! Uma reunião compacta de tipógrafos, livreiros e litógrafos – são elos de uma mesma cadeia, porque identificados em uma só ideia, tendem a um fim comum.

Oh! Colegas, o meu coração extasia-se por este extraordinário e soberbo acontecimento!

Condenados por muito tempo ao silêncio, falamos por fim, e nossa palavra menos autorizada se ergueu fracamente, porém firme na convicção do seu dever, para advogar sinceramente os interesses da classe a que pertencemos.

O véu misterioso do impossível envolvera a existência de uma associação tipográfica; esperanças não havia mais de levantá-la, e nós, abatidos e amordaçados, humildemente curvamos as nossas frentes, sem que uma voz em nossa defesa se fizesse ouvir. Parecia estar de todo extinto, entre nós, o espírito de classe, e dir-se-ia que a ambição de cada um colocava-se mais alto que o interesse de todos.

Enquanto na Bahia, a arte tipográfica definhava e ia a caminho da servidão, nessa Atenas brasileira, – província fértil em produzir estadistas, diplomatas, sábios, guerreiros e artistas – em quase todas as províncias do Império fundavam-se associações tipográficas e órgãos sustentadores de seus direitos (*Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano II, nºs 15 e 16, p. 35-6).

Interessante notar que, nas palavras de Joaquim Hyppolito, há claramente uma visão iluminista de mundo, que se alinhava ao projeto libertador da humanidade pela imprensa. Essa perspectiva de progresso e de civilização alentava os tipógrafos baianos no sentido de organizarem-se em uma associação que defendesse seus interesses comuns. Os tipógrafos, livreiros e litógrafos consideravam-se apóstolos de Gutenberg e, por conseguinte, deveriam ser ciosos da tarefa que lhes incumbia a história, ou seja, de serem os guardiões do invento da imprensa. Além do mais, a confiança em tudo o que é belo e sublime fazia parte do universo do tipógrafo, por isso ele não hesitou em

²³ Cf. *Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano II, nºs 15 e 16, p. 35.

atender ao apelo dos três pioneiros. Pelo menos é a impressão que se quer fixar no início do discurso.

Conclui-se assim, todo o processo de fundação da Associação Tipográfica Baiana que, na realidade, havia sido iniciado na primeira tentativa em 1837, passado pela outra de 1857, capitaneada por Eduardo Daniel Galvão, e culminada em 1870, também sob a liderança desse tipógrafo. Com essa etapa concluída, ou seja, a consecução do projeto de congregar os tipógrafos em uma sociedade de socorros mútuos, seguiu-se o estágio de reconhecimento legal da entidade, o que dependia da anuência das autoridades provinciais, como rezava a legislação da época.

“Artes e Ofícios” na Salvador da Província e do Estado

Na cidade de Salvador de meados e fins do século XIX, o mercado de trabalho poderia ser dividido em duas grandes esferas – a do trabalho livre e a do trabalho escravo. Havia, como escreveu Katia Mattoso, uma “dupla estrutura do trabalho urbano” (Mattoso, 1992: 530). Essa dupla estrutura compunha-se de um segmento constituído por trabalhadores brancos, mulatos e negros livres e outro segmento constituído exclusivamente por escravos. Num contexto em que o exercício de alguns ofícios era vedado aos escravos, é fundada a 30 de outubro de 1870, por tipógrafos soteropolitanos, a Associação Tipográfica Baiana. Não se sabe se a atividade gráfica era interdita aos escravos, dado que no universo das “artes e ofícios” havia uma hierarquização em que se compartimentava essa estrutura em ofícios prestigiosos e outros não. Mattoso relaciona alguns desses ofícios considerados prestigiosos em meados do século XIX. Eram eles os de ourives, colchoeiros, fabricantes de mastros ou relojoeiros; já os ofícios de toneleiro, caldeireiro, serrador de madeira e calafate entre outros, eram considerados atividades mais humildes (Mattoso, 1992: 534). No levantamento realizado por essa historiadora, não aparece o ofício de tipógrafo nessa relação hierárquica da estruturação das ocupações. Contudo, por outras evidências²⁴,

²⁴ Cf. DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. – Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 116; VITORINO, Artur José Renda. *Máquinas e Operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)*. – São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000, pp. 96-7; Além dessas referências, a qual, no primeiro caso, tratou-se de tipógrafos franceses protagonistas do hoje célebre (pelo menos entre os historiadores) massacre de gatos numa oficina tipográfica parisiense do Antigo Regime, e, no segundo caso, tratou-se de tipógrafos do Rio de Janeiro no século XIX, encontramos referências às especificidades do ofício nos próprios impressos da Associação Tipográfica Baiana, vide, a título de exemplo, a *Revista da Associação Tipográfica Baiana*, nºs 15 e 16, p. 35-8, onde

sabe-se que o trabalhador do setor gráfico via-se, nos termos de hoje, como uma “categoria profissional” privilegiada.

Robert Darnton, analisando o massacre de gatos relatado por Nicolas Contat, capitaneado por Jerome (segundo Darnton, tal personagem seria o próprio Contat) e Léveillé, dois aprendizes numa tipografia parisiense, assinala evidências das diferenciações que hierarquizavam o mundo das atividades artesanais. Quando da passagem do personagem Jerome pelo ritual chamado “o uso do avental” (*la prise de tablier*), que, ao que parece, ocorria logo depois da entrada na oficina tipográfica, e os operários terem se dirigido à taverna preferida, emissários que eram enviados aos açougues pregavam que determinados cortes de carne somente eram dignos dos tipógrafos, e outros, inferiores, deveriam ser deixados para os sapateiros, um ofício menos digno que o daqueles (Darnton, 1986: 116). No espaço restrito que determinados ofícios instituía para si no mundo do Antigo Regime, várias oposições eram estabelecidas. Tanto em relação à moralidade burguesa farisaica como também em relação a outros trabalhadores.

Os operários [*tipógrafos*] posicionavam sua ‘república’ contra esse mundo [*dos burgueses*], e também contra outros grupos de oficiais assalariados – os sapateiros, que comem cortes inferiores de carne, e os pedreiros ou carpinteiros, que eram sempre bons para uma briga, quando os tipógrafos, divididos por ‘habilitações’ [*a casse e a presse*], visitavam as tavernas no campo aos domingos. Entrando num desses ‘setores’ [*as ocupações*], Jerome assimilou um *ethos*. Identificou-se com uma arte; e, como compositor assalariado, em sua plena condição, recebeu um novo nome. Tendo cumprido, na plenitude, um rito de passagem, no sentido antropológico da expressão, ele se tornou um *Monsieur (grifos nossos)* (Darnton, 1986: 120).

Na Bahia de fins do século XIX e início do XX, os tipógrafos, para além da necessidade primordial de associar-se no intuito de fortalecer a “classe”, também buscavam reforçar as prerrogativas outrora perdidas ou em vias de dissolução. No discurso de fundação da Associação Tipográfica Baiana, assim se manifestava Joaquim Cassiano Hyppolito, um dos membros fundadores da sociedade de socorros mútuos dos artistas gráficos baianos:

foi publicado o discurso proferido pelo tipógrafo Joaquim Cassiano Hyppolito na sessão de fundação da Associação em 30 de Outubro de 1870; também no mesmo periódico, os nºs 8 e 9, p. 130-2, e o nº 3, p. 52-3.

O tempo, [...], urge. Estamos em pleno século XIX, o século das Luzes e do Progresso. Ficar estacionário ante a revolução que se opera na sociedade é suicidar-se. 'Caminhar, eis tudo. É o destino do homem; é a legenda dos povos; é o fadário da humanidade'. E por isto vos convocamos para a reunião de hoje, a fim de envidarmos todos os esforços para sustentação de nossos direitos e privilégios arrancados, de nossa dignidade e de nossas necessidades mais palpitantes menosprezadas. [...] Temo-nos esquecido de que uma hora que passa é parte de nossa existência que se esvai; e que hoje estamos mais perto da sepultura do que ontem; que cada instante pode decidir de nossa sorte e de nossa vida e que o infortúnio pode levar-nos às calçadas das ruas, com o braço estendido a implorar caridade pública. [...] E se ainda não bastasse, [...] um inimigo audaz levanta-se diante de nós, [...] disposto a esmagar-nos. Refiro-me ao pensamento que tem a Mesa dos Órfãos de São Joaquim de fundar um estabelecimento tipográfico, em grande escala, com as três artes, aproveitando-se para esse fim dos meninos órfãos ali recolhidos. A realizar-se este pensamento, as classes de tipógrafos, livreiros e litógrafos ficam extintas entre nós, porquanto, dispondo os mesários de recursos pecuniários e de influência, hão de por força fazer convergir para o seu estabelecimento todas as impressões, encadernações etc. É preciso reagir de toda e qualquer forma possível. [...] E o meio, o mais essencial, é seguramente a organização de uma associação que nos proteja e nos ampare – na falta de trabalho, na velhice e na moléstia – e também a criação, **na imprensa, de um órgão que defenda nossos interesses e instrua nossos associados**, fazendo-lhes patente os melhoramentos introduzidos nos países mais adiantados (*grifo nosso*)(*Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Ano II, Bahia, Setembro e Outubro, 1903, nºs 15 e 16, p. 36-7).

O discurso de Joaquim Cassiano Hyppolito insere-se em duas vertentes que se vislumbravam aos trabalhadores de ofício no Brasil e na Bahia daquele contexto de meados e fins do século XIX. Uma, ligada a um olhar retrospectivo, em que, desde o fim das corporações, sobretudo os mestres de ofício haviam perdido seus privilégios e a estrutura hierárquica mais enrijecida típica do Antigo Regime já não mais vigorava, o que possibilitava uma ampliação da oferta de mão de obra que não necessitava passar pelos exames que habilitavam um candidato a exercer determinado ofício e fragilizavam os "direitos e privilégios"; outra, relacionava-se a um olhar em perspectiva, ou seja, a necessidade de organizar-se para fugir às adversidades oriundas das relações capitalistas que se consolidavam na sociedade baiana e brasileira, e que geravam uma série de desconfortos profissionais e insegurança quanto ao dia de amanhã, mas que não mais podia conceber a rigidez peculiar às corporações de ofício extintas, no Brasil, em 1824. Nessa última vertente, o objetivo é o socorro mútuo num primeiro momento, mas que deveria ser incrementado com a criação de um órgão de imprensa que defendesse os interesses e instruisse os associados da Tipográfica Baiana.

As três “classes” ali representadas na fundação da Associação – tipógrafos, livreiros e litógrafos – compunham o que se poderia chamar de campo das artes gráficas. No que tange à manutenção de privilégios e a uma reserva de mercado para os artistas gráficos, pode-se perceber, sobretudo na preocupação com o esmero nos resultados dos trabalhos realizados e na devida qualificação dos membros do ofício, a tentativa de não se abrir para qualquer um a possibilidade de exercício da atividade de tipógrafo. Torna-se patente esse intento de preservação do mercado de trabalho, vinculando-se a qualidade dos serviços prestados ao mercado das artes gráficas à apropriada instrução aos membros do ofício. Para isso, era necessária a boa formação dos aprendizes de tipógrafo e o rigor nos exames de qualificação. O fundador Joaquim Hyppolito acrescentava no seu discurso que “outra necessidade imperiosa” era a de pensar-se no “mau sistema de aprendizagem” que à época era “usado”. Segundo ele,

Meninos, que, às vezes, mal sabem ler, e sem moralidade alguma, são admitidos nas tipografias, sem que para isso preceda o mais ligeiro exame. Melhorar esse sistema, sujeitá-lo a regras especiais, a fim de que os futuros esteios do invento precioso do imortal Gutenberg satisfaçam os preceitos dessa sublime arte – é uma das medidas mais importantes a que devemos prestar consideração (*Revista da Associação Tipográfica Baiana*, Ano II, Bahia, Setembro e Outubro, 1903, nºs 15 e 16, p. 37).

Nisto, vê-se a atenção voltada tanto para aspectos técnicos quanto outros relativos à conduta dos indivíduos. A necessidade e cuidado para com o fato de o tipógrafo ser relativamente bem instruído, além de prestigiar o ofício, convinha aos objetivos de resguardar o mercado para um número restrito de artistas gráficos. A precedência de um exame remonta às práticas das corporações de ofício. O sistema deveria ser submetido “a regras especiais”. Preocupações típicas daqueles que, ao longo da história, vinham perdendo privilégios outrora garantidos. Os futuros “esteios” da imprensa deveriam estar qualificados para atender aos “preceitos” da sublime arte que era a de ser tipógrafo, arte da qual o inventor da imprensa era seu pioneiro. A dignidade do ofício de tipógrafo, cultivada desde a modernidade, não foi olvidada durante o século XIX.

Essa visão de mundo elaborada pelos tipógrafos pode ser observada ainda nos seus impressos, ainda que, com a chegada do Brasil ao século XX, novas ideias tenham aportado por aqui e os tipógrafos baianos não tenham ficado imunes; ao contrário, abriram as paginas dos seus periódicos para a exposição daquilo que já vinha desde o

século XIX convulsionando a Europa. As representações dos trabalhadores agremiados na Associação Tipográfica Baiana, durante a sua trajetória iniciada no ano de 1870 e culminando no ano de 1937 (recorte definido pelas fontes encontradas), são, como escreve Roger Chartier, “esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (Chartier, 2002: 17). Tania Regina de Luca escrevendo acerca das alterações que envolveram a grande imprensa no início do século XX, chama a atenção para o fato de que a pequena imprensa²⁵ não foi eliminada com esse advento. As pequenas tipografias continuaram a existir, fazendo parte do cenário das grandes cidades. “Temporalidades e ritmos diversos, típicos de uma modernização contraditória e de um país plural, conviviam e articulavam-se de forma complexa”.²⁶

Um Órgão de Imprensa dos Tipógrafos Baianos

Nesse contexto, de “temporalidades e ritmos diversos”, é criada a Revista da Associação Tipográfica Baiana, dando materialidade aquele intento que os fundadores da Associação já nutriam desde o ano de 1870.

Esse periódico é fonte para o estudo da trajetória da mutual de ofício dos tipógrafos baianos e circulou entre os anos de 1902 e 1903. Era uma publicação mensal, dedicada às Artes Gráficas, tendo o seu primeiro fascículo publicado em julho de 1902 e o 14º e último em novembro de 1903. Em suas páginas constavam seções dedicadas ao exercício do associativismo entre os trabalhadores do ofício, aos conhecimentos técnicos da tipografia, literatura, variedades e assuntos diversos. Esse periódico revela-se importante meio para a compreensão de como pensava esse segmento dos trabalhadores soteropolitanos no início do século XX, bem como de que forma elaborava suas estratégias de ação na sociedade baiana da época. Seus objetivos assim eram delineados:

Dedicada às artes gráficas, esta Revista se ocupará, principalmente, de coisas que digam respeito ao desenvolvimento moral e material dos

²⁵ Segundo Luca, a pequena imprensa forma um conjunto extremamente diversificado de folhetos, revistas e jornais de bairros, casas comerciais, órgãos recreativos, educacionais, comerciais, humorísticos, étnicos e a imprensa operária. Cf. LUCA, Tania Regina de. *A Grande Imprensa no Brasil da primeira metade do século XX*. Disponível em: <http://www.brasa.org/Documents/BRASA_IX/Tania-Luca.pdf>. Acesso em: 15 abril 2014, p. 3.

²⁶ Idem, p. 2-3.

ramos em que se subdividem as mesmas artes, acompanhando, quanto possível o seu progredir nos países mais adiantados. Para isso, faremos aquisição de revistas e obras, das quais extrairemos tudo que possa ser útil e aproveitável à satisfação do nosso desejo. Trabalhando em tais moldes, a Revista da Associação Tipográfica Baiana destina-se a prestar valiosos serviços a quantos se interessam pelo desenvolvimento das artes gráficas entre nós. Artigos que não se coadunem com a índole e a missão que nos propomos cumprir – absolutamente não encontrarão lugar nestas colunas. Queremos o progresso das artes pela propaganda ordeira e sensata, pelo cultivo da inteligência e difusão das boas ideias. Reafirmamos aos que nos leem que a Revista será colocada e mantida na altura da simpatia e do prestígio de que se desvanece gozar a Associação Tipográfica Baiana. No intuito de tornar mais interessante o nosso periódico, entre outros melhoramentos, pretendemos criar uma seção literária, para o que esperamos obter a honrosa colaboração de amestradas penas. Desde já contamos com o generoso apoio da imprensa baiana, a qual, e bem assim os dignos leitores, indultarão as faltas que forem notadas na Revista, atenta a humildade dos encarregados de sua direção (*Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia, Julho de 1902, Ano I, nº 1, p. 2-3).

A enunciação dos objetivos da Revista permite perceber os limites e liames em que enquadravam as perspectivas dos tipógrafos (pelo menos daqueles que fundavam a Revista) na cidade de Salvador no ano de 1902. A tônica inicial na escrita é hegemonicamente a de atingirem-se os objetivos de instrução técnica e moral. Foi uma constante nas páginas desse periódico um tom conciliador que evitava o confronto entre grupos sociais. Quando se fez a reserva de obstar-se a publicação de artigos que não se coadunassem com a índole e a missão a que os administradores da Revista se propunham cumprir, antevê-se a tentativa de não explorar os conflitos e contradições que pairavam não somente sobre as relações de trabalho, mas, com observou Darnton (Darnton, 1986: 113), também sobre os elementos dos rituais e do simbolismo popular, ou, especificamente, às visões e representações dos tipógrafos que porventura evidenciavam as clivagens no mundo do trabalho.

A Estrutura da Revista da Associação Tipográfica Baiana

O *layout* da capa da revista era constituído por duas colunas verticais entre duas colunas horizontais, uma na extremidade superior e outra na inferior. Na coluna superior horizontal ficava gravado o nome da revista e seu subtítulo. Na coluna vertical à esquerda estavam gravados os nomes dos membros da administração da revista. Na coluna vertical à direita estava exposta a periodicidade da revista, que era mensal, o

ano e o número, além do sumário. Na coluna da extremidade inferior vinha um memorando que indicava o destino a que se devia encaminhar qualquer correspondência à revista. Na folha de rosto continha o que se denominava "Instruções Permanentes". Nestas, expunha-se por quem era a Revista dirigida, neste caso, a Associação Tipográfica Baiana, e o fim a que estava destinada, que era o de "fornecer conhecimentos teóricos e práticos sobre todos os ramos das artes gráficas", constituindo-se, portanto, numa "publicação técnica e instrutiva" (*Revista da Associação Tipográfica Baiana*. Bahia, Julho de 1902, Ano I, nº I). O preço para comercialização de cada número da Revista ao consumidor/leitor ficava em 500 réis, os quais eram pagos no ato da entrega do periódico. Essa receita era, segundo o exposto nas "Instruções...", destinada ao melhoramento da própria Revista como também da Associação. Além da venda à vista e das assinaturas, outra fonte de receita eram os anúncios que eram feitos por meio de contratos semestrais. Os preços eram definidos pelo espaço que ocupavam nas páginas da Revista. Um anúncio de página inteira custava 15\$000 (quinze mil réis); um de meia página 8\$000; e, por um anúncio de ¼ de página, pagava-se 5\$000. Por fim, as "Instruções..." terminavam com a indicação dos locais de venda da Revista na capital baiana, os quais eram à época a Livraria Magalhães, situada à Rua Direita do Palácio nº 26, e na Encadernação Vicente, situada à Rua do Colégio nº 22.

O primeiro número da Revista, ao qual, a título de demonstração, escolheu-se para mais detidamente analisá-lo aqui, foi publicado no mês de julho de 1902. A administração do periódico estava a cargo de quatro consócios da Associação, Manoel M. Cruz, Antonio J. de Carvalho, F. Miguel Chavez e Prudêncio de Carvalho. Este último era o gerente da publicação e também o proprietário da tipografia onde fora impresso o periódico. A Revista, no seu primeiro número, contou com dezesseis páginas distribuídas por sete seções. A primeira continha uma mensagem aos tipógrafos em que a Imprensa era exaltada desde os tempos de Gutenberg como uma esperança para a humanidade, assim como, também representava uma esperança naquele momento a criação da Revista da Tipográfica. A segunda seção continha um texto que tratava da importância da Associação Tipográfica e o que ela representava para os tipógrafos baianos em termos de espaço de sociabilidade e de solidariedade intraofício. A terceira seção tratava de descrever a Linotipo e o impacto desse invento no campo das artes gráficas. Na quarta seção foram publicadas partes de um Tratado de Tipografia por

Henrique Fournier, “traduzido expressamente para esta Revista”. A quinta seção era dedicada à literatura e continha dois poemas, um de autoria do Abade Laménnais, intitulado “O Desterrado”, e o outro, de autoria de M. Rozentino, intitulado “O Imortal Forçado”. A sexta seção era denominada “Variedades” e continha um artigo que tratava do fabrico de papel e papelão de madeira. A sétima e última seção era a “Resenha Noticiosa” e continha o registro da morte de um consócio da Associação e o relato dos auxílios concedidos a si e a sua família, como também o registro da morte de outro tipógrafo, sendo que este não fazia parte do corpo de associados do grêmio.

Considerações finais

Vê-se que, na Bahia de meados do século XIX e início do XX, a atividade tipográfica era relativamente intensa e empregava número considerável de profissionais, o que se refletia, da mesma maneira, na evolução constante do número de sócios. Pode-se constatar isso, sobretudo, observando-se que, de 1870 (quando contava com 68 membros) até 1937 (último ano analisado na presente investigação), a Associação Tipográfica Baiana havia atingido o número de 532 sócios.

Pode-se concluir que, tanto do ponto de vista da atuação de um agrupamento de trabalhadores, quanto de um empreendimento econômico (pois, como membros da associação registram-se não somente empregados de tipografia, mas, também, proprietários), era um setor da economia soteropolitana em expansão no período entre 1870 e meados da década de 1930.²⁷

A Associação Tipográfica Baiana foi, durante mais de meio século, o refúgio de tipógrafos, livreiros e litógrafos, bem como seus familiares, nos momentos de adversidade tais como de uma doença, de um acidente de trabalho, de um falecimento. Além disso, foi também o espaço de instrução (por meio da escola instituída em suas dependências) para os membros do ofício e seus filhos, num tempo em que o acesso aos bancos escolares era privilégio de grupos sociais abastados.

²⁷ Registre-se que, “meados da década de 1930” em razão da presente investigação ter-se limitado ao ano de 1937, ano de referência do último documento encontrado durante a pesquisa das fontes para elaboração do trabalho.

Um dos seus periódicos, o aqui analisado, a Revista da Associação Tipográfica Baiana, além de ser espaço em que se fomentava o espírito de sociabilidade, foi também de instrução, sobretudo pela publicação de material concernente ao ofício. Era, ademais, espaço para o cultivo do espírito para além do labor, pois, impressos em suas páginas, saíram poemas e demais trabalhos artísticos de autoria tanto de vultos da literatura quanto dos próprios agremiados.

Por fim, visitar as páginas dessas fontes da história de uma organização de um ofício no Brasil, para além da consecução de um trabalho acadêmico, é imergir na heterogeneidade complexa da formação histórica deste país. É compreender um pouco das peculiaridades e transpor e situar-se para lá dos limites dos modelos totalizantes de interpretação da história.

Referências bibliográficas

BATALHA, C. H. M. *A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências*. In: FREITAS, Marcos César. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. – 4a. ed.. São Paulo: Contexto, 2001.

BRAGA, Julio Santana. *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor*. Edições Ianamá. Salvador, 1987.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Portugal: Difel, 2002.

CORD, Marcelo Mac. *Andaimos, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880*. - . Tese (doutorado em História). Campinas, SP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2009.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos, e outros episódios da história cultural francesa*. – Rio de Janeiro: Graal, 1986.

Decreto nº 2.711 de 19 de Dezembro de 1860.

Decreto nº 5.112 de 17 de Outubro de 1872.

Diário Oficial do Estado da Bahia: edição especial do Centenário da Independência da Bahia (*fac-símile*). Salvador, 1923.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global Ed., 1982.

HAUPT, Georges. Por que a história do movimento operário? In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 5 nº 10.

Lei nº 1.083, de 22 de Agosto de 1860.

LEUCHTENBERGER, Rafaela. *O lábaro protetor da classe operária: as associações voluntárias de socorros-mútuos dos trabalhadores em Florianópolis*. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas - Campinas, SP, 2009.

LUCA, Tania Regina de. *A Grande Imprensa no Brasil da primeira metade do século XX*. Disponível em: <http://www.brasa.org/Documents/BRASA_IX/Tania-Luca.pdf>. Acesso em: 15 abril 2014.

_____. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto; Brasília, DF: CNPq, 1990.

MATTOSO, Katia M. de Queirós Mattoso. *Bahia, Século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Nova Fronteira, 1992.

_____. *Da Revolução dos Alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*. – Salvador: Corrupio, 2004.

MORAES, Evaristo de. *Apontamentos de direito operário*. 2. ed. São Paulo, LTR Editora, 1971.

PAOLI, Maria Célia. *Os trabalhadores urbanos na fala dos outros* In: LOPES, José Sérgio Leite. (Coord.), *Cultura e identidade operária*, ed. Marco Zero, 1987.

Revista da Associação Tipográfica Baiana. Bahia, Julho de 1902, Ano I, nº 1.

_____. Ano I, nº 3.

_____. Ano I, nº 7.

_____. Ano I, nº 10.

_____. Ano II, nºs 15 e 16.

SILVA, Maria Conceição Barbosa da Costa e. *O Monte-Pio dos Artistas: elo dos trabalhadores em Salvador*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, Fundação Cultural, EGBA, 1998.

SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas. Estudo centrado no Rio Grande do Sul. 1854-1940*. 2004. 574f. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SOUZA, Paulo César de. *A Sabinada: a revolta separatista da Bahia: 1837*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 142.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas. In: *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 2, n. 4, agosto-dezembro de 2010.

VITORINO, Artur José Renda. *Máquinas e Operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)*. – São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

ZWEIG, Stefan. *Brasil, um país do futuro*. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.